



FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

INGRIDI GALVÃO FERNANDES

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TAGUAÍ – SP
2022



INGRIDI GALVÃO FERNANDES

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado às Faculdades Integradas de
Taguaí como requisito parcial para
obtenção do título de licenciada em
PEDAGOGIA, sob a orientação
professora Especialista Maria Claudia
Teixeira de Carvalho.

TAGUAÍ – SP
2022



INGRIDI GALVÃO FERNANDES

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela professora Esp. Maria Claudia Teixeira de Carvalho apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia das Faculdades Integradas de Taguaí, como requisito para obtenção do grau de graduado em Pedagogia.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROF. ORIENTADORA ESP. MARIA CLAUDIA TEIXEIRA DE CARVALHO

PROF. ME. EDUARDO GASPERONI DE OLIVEIRA

PROF. ME. EMERSON CARLOS DE ALMEIDA

Agradeço a Deus, pois sem ele eu não teria forças para concluir essa longa jornada, a minha mãe e meu marido que sempre estiveram ao meu lado apoiando e me incentivando a buscar meus objetivos e principalmente a minha orientadora Claudia que me ajudou para que esse trabalho fosse entregue com excelência.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema “A inclusão do aluno ¹Surdo na Educação Infantil”, onde o objetivo é abordar a importância da mesma na Educação Básica, além de discutir e apontar os desafios encontrados nesse processo e também pautar o papel da família e dos profissionais envolvidos para que ela aconteça da forma correta. A escolha desse tema surgiu das necessidades em compreender e conhecer a relevância da inclusão do aluno Surdo na Educação Infantil, com acompanhamento de um intérprete em Libras na rede pública de ensino. Portanto, a verdadeira inclusão só acontece quando esses alunos estão presentes na sala de aula de maneira ativa e recebendo um ensino adequado e de qualidade, com total apoio dos profissionais da educação e dos familiares. Com esse trabalho espera-se colaborar para que o Surdo seja realmente incluído desde a Educação Infantil de forma prazerosa e significativa.

A elaboração desse artigo se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica e também uma pesquisa de campo realizada com profissionais da Educação com intuito de esclarecer o que foi abordado pelo referencial teórico.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Educação Básica. Libras. Aluno Surdo.

¹As designações de “Surdo” e “surdo”, o termo com letra maiúscula é usado para aqueles que se identificam com a identidade e cultura surdas, enquanto que o mesmo termo em letra minúscula é aplicado àqueles que têm apenas problemas de audição. (LOPES,2010)



1. INTRODUÇÃO

A escolha desse tema surgiu do acompanhamento das dificuldades na inclusão de uma sobrinha Surda, que infelizmente teve que concluir toda a Educação Infantil sem nenhum apoio de um profissional especialista, o que lhe causou grande defasagem na aprendizagem, já no Ensino Médio ela conquistou esse direito e conseguiu o acompanhamento de um profissional especializado, o qual é formado na área de Libras e atua como professor interlocutor.

Sendo assim, quando se fala em Inclusão do aluno Surdo na Educação Infantil, nos deparamos com uma grande barreira, que atualmente é a falta de preparo e qualificação dos profissionais da Educação e também do sistema de ensino, pois em grande parte os alunos são inseridos dentro dos ambientes educacionais e os professores não são capacitados para atuar com esses docentes.

O apoio a esses alunos ainda é recente, mesmo que o tema já vem sendo discutido há vários anos, além de toda essa falha do sistema de ensino, existem casos onde a falta de acessibilidade, começa dentro de casa, no ambiente familiar.

O enfoque desse tema é desvendar os mistérios presentes por trás da inclusão desses alunos, diante disso, busco apontar a importância da mesma nessa etapa e procuro responder a seguinte questão:

A inclusão do aluno Surdo realmente acontece nessa fase?

O presente trabalho tem como objetivo pautar e elencar as dificuldades encontradas na inclusão desses alunos, apresentar a importância dela na Educação infantil e também apresentar algumas maneiras de trabalhar tudo isso, com base nas leis educacionais que garantem a qualidade do ensino/aprendizagem para todos na Educação Básica.

Durante a elaboração desse artigo, além de todo o desenvolvimento pautado pelas pesquisas bibliográficas realizadas o mesmo também apresenta uma pesquisa de campo com intuito de sanar dúvidas em relação às capacitações e ao trabalho com esses alunos na rede.



2. LÍNGUA DE SINAIS

Primeiramente é válido ressaltar sobre um dos pontos fundamentais para a elaboração desse trabalho, que é a Língua de Sinais, denominada também como língua visual espacial, composta por sinais que articulados com as mãos e decifrados pela visão formam palavras que juntas se transformam em frases, formando assim a comunicação das pessoas Surdas e demais envolvidos com a sua comunidade. Tais sinais são criados dentro das comunidades ou por pessoas Surdas usuárias da Língua de Sinais do seu país, dependendo da sua necessidade. As Línguas de Sinais possuem uma estrutura gramatical própria que é constituída por alguns parâmetros, sendo eles: configuração de mãos (formato das mãos na produção dos sinais), ponto de articulação (localização espacial das mãos na formação do sinal), movimento (das mãos), orientação (orientação, direção e sentido do movimento dos sinais os distinguem de outros) e expressão facial/corporal.

O patrono na utilização da Língua de Sinais para educação de surdos, conhecido também como “pai dos surdos”, foi o Francês Charles Michel de l’Epée, que ganhou esse título após criar a primeira escola de Surdos do mundo, chamada “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris” e também o primeiro método de ensino para pessoas surdas com um alfabeto manual, onde ele denominou como Língua de Sinais Francesa.

A Língua de Sinais não é universal, há 144 Línguas de Sinais no mundo (Ethnologue), ou seja, assim como a língua falada, quase todos os países também possuem a sua própria, onde existem variações linguísticas conforme cada região em que os sinais são realizados, o título de língua dispõe sobre ela pelo fato de também ser composta pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico.

Apesar de todo enaltecimento a Língua de Sinais é banal perante a sociedade, é comum de se ver pessoas Surdas sinalizarem em lugares públicos e privados e lamentavelmente, sofrerem preconceitos e não serem compreendidas.

Essa língua possui uma grande influência no contexto visual, como dito acima, todas as expressões faciais e corporais serão decodificadas pela visão, Perlin e Miranda (2003), autores Surdos, enfatizam a importância da experiência visual dessa comunidade:



Experiência visual significa a utilização da visão, em (substituição total à audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge à cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura. (Perlin e Miranda, 2003, p. 218).

Com base no que foi dito acima é essencial que os professores se atentem as necessidades de adequação das práticas pedagógicas abordadas com o aluno Surdo, tendo em vista uma pedagogia visual juntamente com a Língua de Sinais, que irá auxiliar no processo de ensino.

Vale destacar que, diante desse tema, a acessibilidade na comunicação é de extrema importância e que não são apenas as pessoas Surdas que precisam aprender as Línguas de Sinais. É primordial que todos conheçam pelo menos o básico sobre essas línguas para que haja um avanço na comunicação social, onde a comunicação entre os Surdos e os demais em contatos com o mesmo não fiquem impossibilitados de se comunicarem entre si.

A comunicação dessas línguas inicia-se por meio da utilização do alfabeto manual na elaboração das palavras, em seguida as mesmas são transformadas em sinais específicos da língua do país de origem. O alfabeto manual é um recurso aplicado como meio de representar letras e números, fazendo o uso das mãos, com o objetivo de auxiliar na superação das barreiras entre a comunicação oral e a de sinais. Ele é utilizado para a soletração de nomes próprios, siglas, vocabulários que ainda não tenha um sinal específico, entre outros.

Com relação à educação dos alunos Surdos, é essencial que todos tentem se adaptar ao uso e conhecer a Língua de Sinais utilizada em seu país, para que haja um desenvolvimento global adequado.

2.1 LIBRAS: QUE LÍNGUA É ESSA?

Como dito acima, cada país possui a sua própria Língua de Sinais e no Brasil a comunidade Surda brasileira e as demais pessoas envolvidas são falantes da Libras (Língua Brasileira de Sinais), como meio de comunicação e expressão entre as pessoas ouvintes e surdas, como o próprio nome já diz ela é a Língua Brasileira de Sinais, ou seja,



utilizada em todo o território brasileiro, seguindo o modelo de todas as outras ela é composta por sinais, expressões faciais e corporais, também como já citado anteriormente pela sua própria gramática.

A população brasileira possui pouco conhecimento sobre essa língua o que causa grandes dificuldades na socialização das pessoas que dependem dela. Afinal esses grupos não se comunicam apenas entre si e sim com todos que estão presentes na comunidade. Normalmente as únicas pessoas que se esforçam ou pelo menos tentam conhecer e fazer o uso da Libras como língua, são os familiares (quando se interessam), pessoas do convívio do Surdo, os intérpretes, os professores que tem esses alunos em sala de aula (aqueles que se dedicam pela educação do mesmo) e o próprio Surdo.

Muitas pessoas que estão envolvidas com os Surdos e se dedicam ao máximo para conseguirem atingir seu objetivo, que é inserir os mesmo na sociedade como cidadão, conforme qualquer outro. O professor como um educador, não seria diferente.

A educação das pessoas Surdas foi discutida no Brasil pela primeira vez em 1857, no Rio de Janeiro, após ²Édouard Huet, apresentar um projeto ao Dom Pedro II referente à fundação da primeira escola para crianças surdas, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos, que atualmente se chama Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Esse órgão atende alunos surdos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e vem trabalhando diariamente com pesquisas metodológicas para conseguir incluir os surdos a sociedade e no mercado de trabalho.

Um novo marco para esse processo surge com “A declaração de Salamanca”, que diz:

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias. Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

De acordo com o IBGE (Brasil,2021) atualmente existem 10 milhões de pessoas Surdas no Brasil, toda essa população vem lutando diariamente para tornar possível que

² Huet era surdo e foi o fundador do Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro. A sua didática adotou modelos de aprendizagem com uso de língua de sinais. Valorizados os surdos responderam satisfatoriamente. De tal forma que três anos após, ele apresentou ao público uma turma de sete alunos, todos eles capazes e alfabetizados seja na língua de sinais, seja em português (REZENDE, 2022).



a Libras exista como um componente curricular, na Educação Básica e em todo o Ensino Superior, visando à propagação da língua por eles utilizada, com o intuito de alcançarem um espaço merecido dentro da sociedade e um processo verdadeiro de inclusão através de uma comunicação igualitária entre Surdos e os ouvintes.

Uma das principais funções escolares é se atentar as adaptações necessárias para a inclusão. A Libras como componente curricular traz para todos os alunos uma segunda língua brasileira, onde dentro dos nossos espaços escolares existem os Surdos, que são os falantes da sua língua materna. Com isso é de extrema importância que tal língua seja incluída na grade, pois ela abrirá um caminho para busca dessas melhorias no ambiente educacional. A comunicação entre Surdos e ouvintes poderá fluir com segurança e naturalidade entre o corpo discente e docente do ambiente escolar.

Existem dois projetos de Lei (PL 5.961/2019), de autoria da Senadora Zenaide Maia e (PL 6.284/2019), de autoria do Senador Romário, ambos para incluir a Libras no currículo escolar da rede regular de ensino público da Educação Básica, tal projeto deve alterar a Lei 9.394/1996 para que tal língua seja incluída como disciplina curricular.

Levando em conta o conteúdo desse artigo iniciaremos argumentando sobre a Educação Infantil (primeira fase da Educação Básica), o Ministério da Educação (MEC) juntamente com a Secretaria de Educação Especial (SEESP) criou, no ano de 2006, o livro “Saberes e práticas da inclusão” na Educação Infantil onde ressalta que:

Como parte integrante da primeira etapa da educação básica, o aprendizado de línguas configura-se como componente curricular a ser desenvolvido com crianças surdas. Assim, a língua portuguesa (oral e escrita) e a língua brasileira de sinais – LIBRAS devem ser ofertadas pelo sistema educacional. (BRASIL, 2006).

Esse trecho possui grande importância para que haja compreensão de uma parte significativa em relação a tudo que foi abordado até o presente momento e pelo fato de apontar com clareza que a Libras deve ser oferecida pelo sistema educacional desde os anos iniciais, o que tem como objetivo facilitar o desenvolvimento dos alunos Surdos durante as etapas de ensino.



2.2 LEGISLAÇÃO VIGENTE

Em 2002, ocorre um dos principais avanços legais referente à Libras, passando a ser reconhecida oficialmente como meio legal de comunicação e expressão da comunidade Surda, conforme a Lei nº10.436/2002:

Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

O decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei acima citada e o artigo 18º da Lei nº10.098/2000, irá considerar pessoa Surda àquela que compreende e interage com o mundo por meio de qualquer experiência visual e que se manifesta por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), ele também ressalta que as instituições dos sistemas de ensino federal, estadual ou municipal, sejam públicas ou privadas devem executar todas as medidas imposta pelo artigo visando assegurar competência em tradução e interpretação da Libras para a Língua Portuguesa, assim como da Língua Portuguesa para a Libras e também assegurar o acesso a comunidade, a comunicação, a informação e a Educação com excelência.

A resolução SE – 38/2009: *“Dispõe sobre a admissão de docentes com qualificação na Língua Brasileira de Sinais - Libras, nas escolas da rede estadual de ensino”*. De acordo com a mesma fica claro a garantia do aluno Surdo/deficiente auditivo, que não se comunica oralmente acesso as informações e aos conhecimentos curriculares do Ensino Fundamental e Médio, desde que matriculados na rede regular de ensino.

Sobre a carga horaria do profissional interlocutor segue:

Artigo 2º - O docente interlocutor cumprirá o número de horas semanais correspondente à carga horária da classe ou da série em que irá atuar, no desenvolvimento de cada uma das aulas diárias, inclusive das de Educação Física, mesmo quando ministradas no contraturno de funcionamento da classe/série atendida (EDUCAÇÃO, 2009).



O profissional em questão deve acompanhar o aluno em todo o período acadêmico, fazendo a interlocução da Libras e Língua Portuguesa sempre que necessário, entre alunos e demais membros da comunidade escolar. Tal profissional deve ter domínio de ambas as línguas para que o aluno possa receber a informação de forma clara e objetiva, ficando cada vez mais igualitária aos alunos ouvintes referentes ao conteúdo abordado dentro do ambiente escolar.

Para atuar como interlocutor na rede regular de ensino na Secretaria da Educação do estado de São Paulo deve ter a qualificação abaixo de acordo com a resolução:

§ 2º - Os candidatos devem ser portadores de diploma de licenciatura plena, para atuação nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, ou de curso de nível médio com habilitação em Magistério, para atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental, e apresentar pelo menos um dos seguintes títulos:

- 1 - diploma ou certificado de curso de graduação ou de pós-graduação em Letras - Libras;
- 2 - certificado de proficiência em Libras, expedido pelo MEC;
- 3 - certificado de conclusão de curso de Libras de, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas.
- 4 - habilitação ou especialização em Deficiência Auditiva / Audiocomunicação com carga horária de LIBRAS (EDUCAÇÃO, 2009).

Apesar de toda certificação acima o profissional para atuar com esses alunos são muito poucos devido à demanda, grande parte tem a certificação, porém não tem a fluência na língua.

Sendo assim, fica claro que os direitos dessas pessoas e do uso da Libras que é considerada língua materna dos Surdos são assegurados por Lei em nosso país e que todos devem concordar e executar sua garantia.

1. LETRAMENTO

No mundo dos Surdos, a alfabetização não é algo utilizado para se referir a esse publico, já que o mesmo relaciona letra/som. O Surdo passa por um processo de letramento onde a importância da aprendizagem está na Língua Brasileira de Sinais. Este é o novo conceito para o ensino da leitura e da escrita da Língua Portuguesa para esses alunos.

Soares (2003, p. 68) destaca que, “a palavra letramento é uma tradução para o Português da palavra inglesa *literacy* a condição de ser letrado”. Portanto: letramento é o



resultado da ação de letrar-se. É resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita.

“Leitura é um processo de relacionar símbolos a unidades de som e é também o processo de construir uma interpretação dos textos escritos, utilizando habilidades cognitivas e metacognitivas. A escrita é um processo de relacionar unidades de sons a símbolos escritos e é também um processo de expressar ideias e organizar o pensamento em língua escrita” (SOARES, 2003, p. 69).

Sendo assim, fica claro a importância do letramento desde a Educação Infantil tanto para crianças Surdas como para crianças ouvintes como condição necessária para as práticas sociais dessa habilidade.

O letramento não é apenas saber ler e escrever e sim exercitar práticas sociais que usam a escrita.

Na visão de Kleiman (2005), o letramento envolve aspectos importantes:

“O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet” (KLEIMAN, 2005, p. 20).

Desta forma, a criança, mesmo não alfabetizada, já pode ser inserida em um processo de letramento, uma vez que ela faz a leitura incidental de rótulos, imagens, gestos, emoções. O contato com o mundo letrado é muito antes das letras e vai além delas (SOARES, 2003).

Considerando os conceitos acima, deve-se conhecer a criança Surda para posteriormente se analisar o processo de letramento da mesma.

1.1 O LETRAMENTO DA CRIANÇA SURDA

Para que o letramento aconteça da maneira adequada para esse grupo é necessário que a criança Surda domine a Língua de Sinais.

Na visão de Delgado (2022), a maioria das crianças Surdas não apresenta domínio da oralidade, mas usam a Língua de Sinais, pois ela possui uma estrutura diferente da



Língua Portuguesa, o que facilita no aprendizado, pois o aluno Surdo não possui a representação oral-auditiva correspondente às letras, sílabas, palavras e textos escritos.

A Língua Portuguesa é totalmente oral auditiva enquanto a Língua de Sinais é visual espacial. Os sinais são palavras comparadas com a Língua Portuguesa e as frases são o contexto das junções desses sinais dependendo do seu uso em determinados momentos.

Goldfeld (2001) admite que a criança Surda deve ser exposta o mais cedo possível à Língua de Sinais, pois quanto mais rápido ela aprender a sinalizar, desenvolver sua capacidade e sua competência linguística, mais ágil será o aprendizado da língua falada como segunda língua, tornando-se por tanto um aluno da modalidade de bilinguismo.

Além da língua falada citada por Goldfeld (2001), existe a questão da modalidade escrita a mais utilizada pela comunidade Surda falantes da Libras, onde o bilinguismo passa a ser essencial para que o Surdo possa se desenvolver com mais sucesso dentro do ambiente educacional, já que a Língua Portuguesa é dominante dentro deste ambiente.

Segundo Delgado (2022), a maneira em que são trabalhadas as práticas referentes à língua, a leitura e escrita nas escolas, através de exercícios mecânicos e descontextualizados, contribui para o avanço dos problemas com a escrita dos Surdos. Do mesmo modo que em casa a maior parte dessas crianças não tem acesso aos livros e aos jogos de leitura, o que irá dificultar a construção de hipóteses sobre o objeto escrito e a percepção das diferenças entre a escrita e a fala.

O uso de recursos visuais dentro dos ambientes educacionais é de extrema importância para o sucesso e aprendizado do aluno Surdo, já que o mesmo utiliza da modalidade visual espacial como forma de comunicação. Textos escritos e muitos complexos sem nenhuma imagem para objetivar a compreensão do aluno passa a ser uma grande barreira para que o objetivo do professor possa ser atingido.

Por essa razão, Góes (1996) esclarece que a criança precisa desenvolver uma língua efetiva e para que isso ocorra, é necessário que as experiências escolares oferecidas a ela privilegiem não apenas a Língua de Sinais, mas também os aspectos discursivos da escrita.



Apesar dos Surdos apresentarem grande dificuldade com a Língua Portuguesa a própria deve ser incorporada principalmente na modalidade escrita, pois é a língua dominante em quaisquer ambientes no Brasil.

Portanto, a Língua de Sinais não pode ser desapreciada ao avaliar e trabalhar com as produções escritas de Surdos, da mesma forma que a Língua Portuguesa na modalidade escrita não pode ser eliminada para os falantes da Libras, afinal é ela que prevalece na sociedade.

O que ocorre nas produções escritas de surdos é que estes tendem a produzir sua escrita tomando como base recursos da Língua de Sinais, principalmente pelo fato de que em todos os contextos de vida, e não apenas no escolar, haver um uso limitado da língua portuguesa falada, predominando em seus encontros com outros surdos, o uso da Língua de Sinais (GÓES, 1996, p. 58).

Quadros e Schmiedt (2006) também consideram que o letramento nas crianças Surdas por meio da Língua Brasileira de Sinais possui importância para o desenvolvimento de um aprendizado com facilidade. A Língua Portuguesa será a segunda língua da criança Surda em sua forma escrita com as suas funções sociais representadas no contexto brasileiro. O que caracteriza o contexto bilíngue da própria.

Os alunos são dependentes das habilidades da sua primeira língua, particularmente, daquelas relacionadas ao letramento na primeira língua. Na perspectiva do desenvolvimento cognitivo, a aquisição de uma segunda língua é similar ao processo de aquisição da primeira língua. No entanto, deve ser considerada a inexistência de letramento na primeira língua. Os surdos não são letrados na sua língua quando se deparam com o português escrito. A escrita passa a ter uma representação na língua portuguesa ao ser mediada por uma língua que haja significação. As palavras não são ouvidas pelos surdos, eles não discutem sobre as coisas e seus significados no português, mas isso acontece na língua de sinais (DELGADO, 2022).

Sendo assim, fica claro que quando o assunto é o aprendizado da criança Surda a Língua de Sinais é de extrema importância em toda e qualquer situação.

Albano (2009) destaca que “o letramento bilíngue (Libras/Português), proporcionará ao aluno Surdo, com a ajuda do professor, a reconhecer as peculiaridades da língua portuguesa, como pontuações, regras gramaticais, etc”.

Apesar do professor ter citado acima, fica claro que o mesmo deve estar disposto e empenhado para colaborar com o desenvolvimento e aprendizado do aluno Surdo.

Conhecer e compreender o processo de aquisição da Língua de Sinais, como sua forma natural de comunicação e o processo de aquisição de uma segunda língua utilizada



pela criança Surda é essencial para um educador que deseja trabalhar com o ensino da Língua Portuguesa para esse grupo.

A língua de sinais possui uma estrutura específica, a configuração da mão, o espaço em que acontece o sinal, o movimento das mãos, o alfabeto datilológico, enfim, é uma língua de modalidade visuo-espacial. Na escrita, o surdo toma emprestada a língua portuguesa, uma língua oral-auditiva, com regras e estruturas específicas. No entanto, ao usar esta escrita, o surdo escreve em língua portuguesa, mas na estrutura gramatical da língua de sinais (ALBANO, 2009).

Para Delgado (2011), o letramento irá proporcionar às crianças ouvintes uma leitura de mundo antes mesmo da chegada à escola. Já a criança Surda acessa à escola com uma dificuldade em relação a essa habilidade, pois a maioria das famílias não sabe Língua de Sinais ou nem se interessa em procurar um meio alternativo para a melhor comunicação com a criança Surda, o que faz com que não haja trocas de conhecimento com o mundo lá fora em sua língua natural.

Muitas famílias se comunicam com os Surdos através de gestos caseiros, mas sabe-se que esses gestos nem sempre são compreensíveis fora da casa, deixando assim uma grande barreira de comunicação entre o estudante e a sociedade. Quando o Surdo domina a Língua Portuguesa na modalidade escrita, acaba facilitando de alguma forma essa comunicação, mas não é o suficiente para que esteja totalmente incluído no mundo dominante dos ouvintes.

Diante do que foi dito acima, todas as interações da criança Surda são afetadas.

Para as crianças surdas que vivem em ambientes ouvintes, a possibilidade de participarem de atividades de letramento é muito limitada. Essas crianças precisam ter familiares que aprendam língua de sinais ou conviver com a comunidade surda, de modo que surdos adultos contem histórias para elas (THOMA; LOPES, 2004, p. 134).

Na concepção de Campos (2004), é necessário que seja oferecido à criança Surda práticas de letramento o mais cedo possível, seja no ambiente familiar ou escolar. Sendo fundamental a análise das atividades, que devem proporcionar a inserção da criança nas práticas discursivas, incentivando a produção e leitura de textos através de imagens.

No caso dos surdos pode-se falar em letramento visual, ou seja, ler imagens de um livro, ler sinais, símbolos, figuras com o objetivo de promover a compreensão dos textos. A imagem tem uma função importante no processo de letramento do aluno surdo: a figura visual, tanto a representação abstrata quanto a figurativa ou pictográfica, traz consigo o potencial de ser aproveitada como recurso para transmitir conhecimento e desenvolver raciocínio (DELGADO, 2022).



O uso de recursos visuais sem dúvida é uma das formas de letramento mais utilizadas pela comunidade Surda.

É válido ressaltar que as práticas de letramento estão associadas às atividades de leitura, escrita e suas estruturas sociais. Portanto elas mudam conforme o contexto, pois:

A língua portuguesa para os surdos constitui um conjunto de signos visuais materializados na escrita: para os surdos, aprender a escrita significa aprender a língua portuguesa. Escrita e língua fundem-se em um único conhecimento vivenciado por meio da leitura. Considerando que os textos articulam linguagem verbal e não verbal na constituição de sentidos, serão as referências imagéticas o ponto de partida para a incursão no universo polissêmico da escrita (FERNANDES, 2003, p. 13).

Sendo assim, identifica-se a importância que as práticas escolares de letramento assumem para as crianças Surdas, pois envolvem o domínio da Língua Brasileira de Sinais, a apropriação da Língua Portuguesa e a imersão nas práticas sociais de leitura e escrita. O processo de letramento para esses alunos, só faz sentido por meio da Libras, que é a língua utilizada na escola para aquisição da aprendizagem. A língua portuguesa, portanto, será a segunda língua dessa criança, tendo importância diante da sua forma escrita e as suas funções sociais (QUADROS; SCHMIEDT, 2006).

Compreende-se, portanto que o letramento de crianças surdas se torna significativo se acontece a partir da Língua Brasileira de Sinais.

1.2 A CRIANÇA SURDA

Existem inúmeros escritores que esclarecem em suas obras sobre a diferença entre a pessoa com deficiência auditiva e a pessoa Surda, pois dentro da sociedade ainda há muita confusão referente a essas duas terminologias.

Skliar (2001) explica que a deficiência auditiva consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir, ou seja, refere-se a um indivíduo que apresente um problema auditivo que pode ser tratado sem interferências no cotidiano dessa pessoa. Para ele é considerado surdo todo o indivíduo cuja audição não é funcional no dia-a-dia. Lembrando que devido à perda da audição o Surdo pode sofrer muito com o atraso da linguagem, acarretando em grandes consequências como problemas emocionais, sociais e cognitivos



onde tudo isso influenciará diretamente no processo de aprendizagem e na identidade dessa pessoa.

O uso do Surdo com a letra S maiúscula é utilizado quando a pessoa se identifica como Surdo e faz parte da comunidade Surda, utiliza da Libras como meio de comunicação e não vê a surdez como uma deficiência. Já o surdo com s minúsculo é para aqueles que não se aceitam como Surdos se esforçam para a oralização, tentando cada vez mais estarem próximos dos ouvintes.

Goldfeld (2001) acredita que a linguagem é essencial no desenvolvimento da criança Surda, embora a aprendizagem possa ocorrer mais lenta.

As crianças ouvintes não costumam expressar dificuldades para o letramento, mas quando o assunto é a criança Surda, deve-se compreender que por uma restrição sensorial elas não perceberão os estímulos auditivos, e diante disso, será necessário um auxílio em seu desenvolvimento.

Goldfeld (2001) aponta que a criança Surda desenvolve uma forma de comunicação própria:

A criança surda adquire alguma forma rudimentar de linguagem, ela simboliza e conceitua, pois convive socialmente, interage e se comunica de alguma forma. A diferença é que, não tendo acesso a uma língua estruturada, a qualidade e a quantidade de informações e assuntos abordados são muito inferiores àqueles que a criança ouvinte, recebe e troca. Nestas condições, só consegue expressar e compreender assuntos do aqui e agora (GOLDFELD, 2001, p. 62).

Infelizmente o ensino da língua para a criança Surda não ocorre naturalmente por ela não possuir condições de adquirir a linguagem apenas pelo diálogo, sendo assim ela precisa de uma estimulação avançada e sistematizada da língua oral.

Nos séculos passados, não havia escolas para os Surdos, já que eles não possuíam o direito de serem educados, pois eram considerados incapazes, sendo excluídos da sociedade, conforme esclarece Campello (2007):

Historicamente, não há registro que documente o processo educacional das pessoas surdas antes do século XVI, por serem sujeitos ágrafos, devido à sua diferença de língua. Havia pessoas surdas, oriundas de famílias nobres que eram orientadas e educadas pelos padres ou cleros para que se formassem cidadãos educados e letrados (CAMPELLO, 2007, p. 119).

Com o tempo foi surgindo estudiosos que lutaram pela educação dessas pessoas e passaram a entender que os Surdos tinham a sua própria linguagem que se se tratava dos gestos que traduziam a sua natureza visual.



2. O ALUNO SURDO EM SALA DE AULA

Antes de darmos início a discussão sobre o aluno Surdo já presente em sala de aula vale ressaltar sobre a Lei Brasileira da Inclusão, nº13.146 (BRASIL,2015) que é reconhecida com o status constitucional e englobando diversas áreas, ela é um dos grandes marcos para o nosso país, já que anteriormente pouco se falava sobre esse tema, ela cita:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Esse tema nunca teve muito espaço para discussão na sociedade, pois lamentavelmente toda exclusão e dificuldades começavam dentro de casa. As famílias faziam o possível para excluir e esconder as pessoas com deficiência da comunidade. Atualmente essa realidade vem mudando, já que essas pessoas passaram a serem primeiramente aceitas no âmbito familiar, o que vem acarretando em grandes lutas pela inclusão social e pela garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

Acima citado, muitas vezes acontece devido evitar a frustração da criança perante a sociedade, sabendo da dificuldade da aceitação e exclusão da pessoa com deficiência em diversos ambientes.

É preciso destacar que o papel da família é um dos primordiais para que a tão sonhada inclusão seja realizada de maneira significativa. A aceitação deve vir primeiramente da família, para então a escola poder fazer algo a respeito.

Infelizmente ainda são encontradas grandes dificuldades na inclusão desses alunos na rede regular de ensino. Suponha-se que em uma sala da Educação Infantil que possui entre 15 a 20 alunos, apenas um é Surdo, o que faz com que o professor tenha que se desdobrar para atender as dificuldades de todos os alunos ouvintes e também inclua da melhor maneira possível o aluno em questão, fazendo ou não o uso da língua de sinais de modo que não haja defasagens em seu aprendizado. Uma das formas para se incluir seria utilizar recursos visuais, atividades no concreto e recursos tecnológicos, com isso o benefício não será apenas desse aluno e sim do grupo todo.



Isso tudo está fazendo com que a passagem do aluno Surdo ao Ensino Regular, principalmente na Educação Infantil não lhe acrescente em nada na sua trajetória acadêmica, já que eles pouco conseguem adquirir conhecimento durante todos os anos.

Quando o assunto é inclusão, não existe uma poção mágica para solucionar todos os obstáculos relacionados a esse tema. O professor regente que tenha ou não o intérprete de Libras, deve estar sempre disposto a procurar meios de comunicação e métodos para atender o aluno Surdo. Além disso, é importante que ele mantenha uma boa relação com a família do aluno, para que haja um maior apoio nas dificuldades dessa criança.

A Educação Infantil é uma das fases de maior importância na vida do aluno, já que é nela que a criança irá desenvolver a comunicação e a socialização, que antes era limitada apenas com os familiares agora passa a ser ampla e diversa, a educação da criança Surda, nessa etapa tem uma grande responsabilidade, pois é ali que será dado o maior passo para o desenvolvimento desse educando, além de tudo é preciso se adequar e observar os comportamentos e respostas do aluno a cada estímulo desenvolvido pelo professor, tudo isso para que seja possível apontar os caminhos a serem seguidos, visando a evolução da criança, seja a opção de um ensino especializado ou pelo ensino comum.

A criança Surda precisa receber estímulos de diversas maneiras e para que haja um avanço no uso da Libras é de extrema importância que ela tenha o contato com essa língua desde a Educação Infantil, pois quanto mais cedo ela se familiarizar com esses conteúdos, criando novas possibilidades para si, mais transparente será sua aquisição de conhecimentos, a inclusão e a comunicação durante essa etapa.

A inclusão no Ensino Regular nesse período ainda é muito falha, pois na maioria dos casos de alunos Surdos na rede ainda não desfrutam de um atendimento adequado, seja por escassez de professores especialista/intérpretes ou até mesmo regentes, que não são preparados e capacitados para atender esses educando, por falta de preparo no espaço escolar para receber esses alunos ou até mesmo pela falta de conhecimento dos direitos dessa criança por parte dos pais e por terem que sair da zona de conforto e ao mesmo tempo pensarem que exigirem seus direitos poderá dar “trabalho”



FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAI

“Não basta ter apenas um intérprete nas salas, é fundamental que os professores que vão alfabetizar um aluno Surdo também saibam se comunicar em Libras e, assim, consigam se aproximar do universo da criança”, destacou Maria Liliane Nascimento ao Nexo (2022).

Se parar para analisar, o pensamento acima posiciona a inclusão de maneira mais distante e fora da realidade das nossas escolas, já que grande parte dos profissionais da educação que atuam em sala de aula teve apenas um contato breve com a Libras durante a graduação em Pedagogia. Grande parte das secretarias da educação não capacita seus profissionais para receberem alunos Surdos, sendo simplesmente com cursos básicos ou mesmo com formação avançada.

Fica claro que a inclusão nesse ciclo ainda deixa muito a desejar, o que infelizmente vem ocasionando uma grande defasagem na aprendizagem do aluno Surdo.

3. PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: CAPACITADOS E NÃO CAPACITADOS

Referente aos profissionais que podem e que atuam com o aluno Surdo na Rede Regular de Ensino, o nosso país se encontra com uma enorme carência em relação às capacitações. Infelizmente no Brasil os órgãos de ensino deixam muito a desejar a capacitação de qualidade para os profissionais da Libras, isso acarreta na defasagem e evasão escolar. Para que os professores consigam sucesso e avanço dos alunos Surdos, o mesmo deve se especializar nessa área ou em qualquer outra, por conta própria.

A educação é feita de paradigmas, e a formação inicial deveria propor condições de um trabalho docente consciente, não só de teoria, mas de conceber e compreender a realidade as práticas pedagógicas provindas da política da inclusão escolar, até mesmo as práticas pedagógicas dos professores de classe comum com alunos com necessidades educacionais, são ainda recentes no país. (SAVIANI, 2010).

A maioria das escolas da rede possui um professor regente em sala de aula, que muitas vezes, é somente graduado em Pedagogia, que teve um acesso rápido e básico a Libras durante a graduação e que não recebem nenhum tipo de capacitação de como trabalhar com essa criança, ou seja, esses profissionais se encontram totalmente despreparados para atuar com um aluno com surdo, principalmente quando falamos da



Educação Infantil, pois como dito acima essa é uma das etapas que praticamente não desenvolve a inclusão desses alunos da maneira necessária, o que faz com que os professores tenham que atuarem da maneira possível e caso seja preciso trabalhar com um aluno Surdo os profissionais devem “dar um jeito” de incluí-lo junto à sala, tendo ou não recursos necessários para isso.

Algumas escolas que realmente trabalham a inclusão, contam com um profissional intérprete/interlocutor de Libras que atua juntamente com o professor regente, passando a intermediar a comunicação entre Surdos e ouvintes dentro do ambiente educacional ou até mesmo fora dele, desde que voltado para área pedagógica. Essa comunicação deve ser feita por meia da Língua Portuguesa x Libras. Além disso, ele irá favorecer o desenvolvimento desse aluno, já que com a sua atuação ficará mais fácil o compreensão dos conteúdos abordados pelo professor.

O decreto 5.626 vai deixa claro no:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. (BRASIL, 2005).

Isto é, o papel desse profissional está garantido por Lei e deve ser assegurado a todos os alunos Surdos, independente se estudam na rede pública ou privada. O professor responsável pela sala em que esse aluno se encontra matriculado pode pedir junto a família para a Diretoria de Ensino responsável pela instituição o acompanhamento diário de um professor especialista, desde o momento em que o aluno inicia seu período escolar até o momento em que finaliza.

Para as pessoas que apreciam e necessitam da comunicação por meio dessa língua, é valido reforçar que existem diversos cursos profissionalizantes disponíveis para se aprender Libras, além de duas opções de cursos superiores que focam nessa língua. Apesar de todas as capacitações existentes, isso não é suficiente para a fluência na Libras, o que requer o contato com os falantes da língua para que possa desenvolver de forma fluente e ser fiel a essa comunidade envolvida.



Letras com Habilitação em Libras é um dos cursos Graduação em licenciatura (ensino da Libras) e bacharelado (tradução da Libras/Língua Portuguesa e vice-versa), com a duração de 4 anos, que prepara profissionais para atuarem com Libras e Língua Portuguesa para alunos Surdos, desenvolvendo um processo educacional, podendo trabalhar como educadores, pesquisadores ou intérpretes.

Comunicação Assistiva é uma graduação do tipo tecnólogo, com duração de 2 anos. Esse curso tem uma abordagem diferente do citado acima, pois além de todo o foco na Libras, também aborda o Braille, que é o sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas. O objetivo desse curso é ensinar técnicas e métodos para ampliar a habilidade de comunicação de pessoas deficientes. A atuação no mercado de trabalho é praticamente a mesma de quem faz o curso de Letras com habilitação em Libras bacharelado.

As especializações em Libras com uma carga horária acima de 600 horas podem acontecer de diversas maneiras e costumam ser destinadas aos profissionais da educação e as pessoas já graduadas que se interessam pelo tema. Por ser uma especialização mais complexa ela podem exigir do estudante uma etapa de estágios assim como é imposto nas graduações, lembrando que o seu maior objetivo é especializar e qualificar os profissionais para o mercado de trabalho, garantindo um melhor aperfeiçoamento nessa língua.

Existem também diversos cursos básicos de Libras que podem ser realizados tanto de maneira presencial como de modo remoto e podendo ser oferecidos totalmente grátis em algumas plataformas. Eles costumam possuir uma carga horária de 30 a 360 horas, portanto, não são cursos extensos, pois seu objetivo é que a pessoa em formação tenha um contato básico com Libras e assim consiga aos poucos se comunicar com a comunidade Surda. Geralmente, as pessoas que procuram esse tipo de curso já possui uma formação mais avançada nessa língua, cujo seu propósito maior é se atualizar diante das constantes mudanças em relação à Língua Brasileira de Sinais.

Devido à escassez de profissionais qualificados nessa área o Ministério da Educação criou o Prolibras:

[...]um programa nacional que realiza exames para obtenção de dois tipos de certificados: "Certificado de Proficiência no Uso e Ensino da Libras" e "Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa". A certificação do Prolibras pode ser considerada um título que prova a competência



e proficiência para o ensino ou interpretação e tradução da Libras (CRISTIANO, 2017).

Seu objetivo é promover a acessibilidade e assistência da comunidade Surda, com a garantia de profissionais qualificados e aptos para trabalhar com esse grupo de maneira adequada.

Atualmente o maior desafio envolvendo os professores e a inclusão dos alunos Surdos de maneira produtiva, tem sido formar profissionais bilíngues, ou seja, um educador que tenha uma formação acadêmica positiva em relação à Língua Portuguesa e também apresente uma boa especialização na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

3.1 COLETA DE DADOS

Durante o meu trabalho realizou-se uma pesquisa de campo com profissionais da educação Infantil dos municípios de Fartura e Taguai, ajudando a compreender tudo que foi abordado referente às capacitações oferecidas pela rede, assim como as dificuldades encontradas pelos mesmos e o preparo deles em relação ao trabalho com um aluno Surdo. Isso mostra o quanto a Libras e o conhecimento da língua é fundamental, tanto para o aluno como para o profissional que irá atuar dentro de uma sala de aula inclusiva, com o aluno Surdo.

Segue abaixo a pesquisa realizada:

Profissionais e formações:

1- P.R.S

Formação: Especialista em Educação; Mestre em História.

2- L.M.E.G.

Formação: Graduada em Pedagogia; Especialista em Educação Especial com ênfase na Deficiência Intelectual.

3- M.C.T.C.

Formação: Letras/Libras licenciatura e bacharelado, Especialização em Libras, Pedagogia, PROLIBRAS.

4- F.C.S.

Formação: Pedagogia

Íntegra das respostas:



1- Qual seu segmento de atuação? Quantos anos atua nesse segmento?

Sujeito	Respostas
1	"Educação Infantil: 7 anos."
2	"Atual - Ensino Fundamental - 4 anos; Supervisão do Ensino Infantil - 2 anos; Educação Especial - 5 anos."
3	"O seguimento o qual atuo é a Educação Infantil. Já atuo em tal segmento há 7 anos."
4	"Professora. 15 anos."

2- Você tem formação em LIBRAS? Básica, intermediária ou avançada?

Sujeito	Respostas
1	"Não (tive uma disciplina introdutória na faculdade, mas não apreendi a língua)."
2	"Intermediária."
3	"Sou formada em Libras em nível avançado."
4	"Não."

3- Você já atuou com o aluno surdo na rede? Caso sim, quais dificuldades encontradas?

Sujeito	Respostas
1	"Não atuei."
2	"Sim. O aprofundamento sobre a língua de sinais por parte dos profissionais envolvidos na escola e o não envolvimento por parte da família."
3	"Já atuei sim, apesar do meu domínio com a Libras as dificuldades são imensas, pois minha atuação era como professora regente e não específica da área da surdez. O aluno não tinha um professor intérprete dentro do ambiente escolar, isso acabou afetando bastante o avanço do aluno."
4	"Não."

4- Na escola qual atuou ou atua a disciplina LIBRAS faz parte do currículo? Qual a sua opinião sobre isso?

Sujeito	Respostas
1	"Não faz parte na Educação Infantil. Creio que o tema deva fazer parte do currículo dos pequenos (3 a 5 anos) como sensibilização algumas vezes ao ano. Exemplo: reconhecimento, respeito e valorização da pessoa surda."
2	"Não como disciplina - no início não havia aceitação da família A



	criança teve muito prejuízo na aprendizagem e na vida social por não aceitação da família para língua de sinais.”
3	“Nunca atuei em escola a qual a disciplina faz parte do currículo, situação a qual discordo totalmente. E de extrema importância que a Libras faça parte, como componente curricular, pois os Surdos estão dentro da sala de aula e a sua língua deveria estar inserida dentro do seu ambiente educacional.”
4	“Não. Mas acho muito importante, se um aluno necessitar desse atendimento.”

5- O órgão ao qual você trabalha oferece capacitações suficientes para receberem alunos com deficiências?

Sujeito	Respostas
1	“Na maioria dos casos não. Somente as escolas que atendem acima dos 4 anos têm acessibilidade para pessoas com deficiências ou dificuldades motoras. Na faixa etária de 0 a 3 anos praticamente não há nenhuma política pública de inclusão, o que acontece é que “dá-se um jeito caso seja preciso”. ”
2	“Não oferece.”
3	“Não oferece.”
4	“Sim.”

3.2 Análise dos dados

Houve a colaboração de quatro voluntários que responderam o questionário via Google Forms, que atuam no segmento da Educação Infantil, da rede pública de ensino do município de Taguaí/SP e Fartura/SP.

Todos os profissionais que responderam essa pesquisa são habilitados com graduação que dá a eles o direito à docência, ou seja, todos têm formação, capacitação e tempo laboral suficiente para atuarem profissionalmente como professores da Educação Básica.

Em relação ao tempo de atuação dois deles já atuam há 7 anos com a Educação Infantil, dos outros dois restantes um atua há 11 anos nos segmentos da Educação Básica e o outro exerce a docência há 15 anos.

Em relação à formação em Libras, apenas dois participantes responderam que possuem algum tipo de capacitação, sendo uma de maneira intermediária e outra em nível avançado.

Ao questionar sobre a atuação e as dificuldades em atuar com um aluno Surdo, apenas dois participantes relataram que já atuaram com esses alunos e que “O aprofundamento sobre a língua de sinais por parte dos profissionais envolvidos na escola e o não envolvimento por parte da família” (L.M.E.G) e “O aluno não tinha um professor intérprete dentro do ambiente escolar, isso acabou afetando bastante o avanço do aluno” (M.C.T.C), são apontadas pelos participantes que já



atuaram com um aluno Surdo como as principais dificuldades encontradas por eles durante essa atuação.

Sobre a Libras como componente curricular, infelizmente nenhum dos profissionais relatou que ela faz parte da instituição de ensino em que atua como disciplina, ao perguntar a opinião dos mesmos em relação a isso foi possível perceber que os participantes sentem por essa falha e pela não inclusão da Libras no currículo, P.R.S comentou que “Creio que o tema deva fazer parte do currículo dos pequenos (3 a 5 anos) como sensibilização algumas vezes ao ano. Exemplo: reconhecimento, respeito e valorização da pessoa surda”. M.C.T.C aponta que “É de extrema importância que a Libras faça parte, como componente curricular, pois os Surdos estão dentro da sala de aula e a sua língua deveria estar inserida dentro do seu ambiente educacional” e por fim F.C.S relata “acho muito importante, se um aluno necessitar desse atendimento”. Sobre as capacitações oferecidas pelos órgãos de trabalho apenas um participante respondeu que recebe qualificações de seu órgão de trabalho, em relação à Educação Infantil o P4 deixou um comentário que relata totalmente a falta da inclusão e de preparo para trabalhar com um aluno Surdo nessa etapa, onde ele diz que “Na faixa etária de 0 a 3 anos praticamente não há nenhuma política pública de inclusão, o que acontece é que “dá-se um jeito caso seja preciso””.

Após a análise de todos esses dados fica claro que a inclusão dos alunos Surdos não está acontecendo na Educação Infantil, o que vem causando consequências graves no aprendizado desses alunos em todas as outras etapas de ensino e que os profissionais se encontram totalmente despreparados para atuarem de modo eficiente e adequado com esse grupo.

4. MÉTODOS PARA TRABALHAR COM O SURDO

Após todas as legislações, termos e teorias destacadas nesse artigo, no presente momento abordaremos sobre os métodos existentes para se trabalhar com o aluno surdo, dividem-se em três mecanismos principais para a execução das práticas pedagógicas, sendo: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

De acordo com Goldfield (1997), o Oralismo ou filosofia oralista visa à integração da criança com surdez na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português). Para alguns defensores desta filosofia, a linguagem restringe-se à língua oral sendo por isso mesmo esta, a única forma de comunicação dos surdos. Acreditam, assim, que para a criança surda se comunicar é necessário que ela saiba oralizar.

Na Antiguidade, muitos interpretavam que se a pessoa não sabia falar não tinha a capacidade de pensar, sendo assim, não fala, não pensa. Eram taxados como débil



mental. Portanto, esse mecanismo tem como objetivo fazer com que a criança receba a linguagem oral através da leitura orofacial e amplificação sonora, enquanto se expressa através da fala, porém a Língua de Sinais e o alfabeto manual são expressamente proibidos.

Já a comunicação total é um mecanismo que exige a incorporação de modelos auditivos, manuais e orais para assegurar a comunicação adequada entre os Surdos e os ouvintes e suas principais preocupações são o processo comunicativo e a aprendizagem da língua oral desse grupo, defendendo a utilização de qualquer recurso visual espacial como facilitador da comunicação.

Segundo Ciccone (1990), os profissionais que defendem a Comunicação Total concebem o Surdo de forma diferente dos oralistas: ele não é visto só como alguém que tem uma patologia que precisa ser eliminada, mas sim como uma pessoa, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa.

Sendo assim, esse método acredita que o aprendizado da língua oral não assegura o pleno desenvolvimento da criança Surda. Além disso, ele valoriza a interação e não somente a língua. Um dos pontos primordiais é que esta filosofia respeita a família da criança Surda, acreditando que ela possui um grande papel no compartilhamento dos valores e significados que serão desenvolvidos por essa criança.

Por fim, o bilinguismo é uma estratégia que ultimamente vem ganhando muita força no âmbito nacional. Ela defende que o Surdo deve adquirir como sua primeira língua, a Língua de Sinais falada pela comunidade Surda do seu país, no caso do Brasil a Língua Portuguesa é ensinada como segunda língua, na modalidade escrita e em alguns casos quando possível, na modalidade oral.

De acordo com Brito (1993), no bilinguismo a língua de sinais é considerada a principal via para o desenvolvimento do Surdo, pois propicia não apenas a comunicação Surdo – Surdo, além de desempenhar a importante função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social.

Existem duas vertentes dentro dessa filosofia, onde uma defende que a criança Surda deve adquirir a Língua de Sinais e a modalidade oral da língua, separadamente, porém o mais precocemente possível, para que a criança possa ser alfabetizada na língua



oficial de seu país. Já a outra vertente acredita que se deve oferecer primeiramente apenas a Língua de Sinais e num segundo momento, só a modalidade escrita da língua, porém, a língua oral neste caso acaba ficando descartada.

Sua maior preocupação é respeitar a autonomia das Línguas de Sinais organizando-se um plano educacional que respeite a experiência psicossocial e linguística do Surdo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Atualmente no Brasil grande parte da população apresenta algum tipo de deficiência auditiva e mesmo com todo avanço nas legislações que garantem os direitos dessa comunidade, ainda se pode observar grandes dificuldades da pessoa Surda em relação à inclusão na sociedade.

Infelizmente quando o assunto é relacionado ao âmbito escolar esses desafios são ainda maiores, como se pode analisar nesse artigo, as escolas e os profissionais se encontram sem capacitações adequadas, com uma falta de preparo e sem praticamente nenhum apoio dos órgãos educacionais para o trabalho com o aluno Surdo.

A Língua Brasileira de Sinais ainda é pouco conhecida em nossa comunidade o que acarreta em dificuldades na comunicação entre Surdos e ouvintes, já que na maioria das vezes as pessoas precisam dar um jeito de se comunicar da maneira possível “criando” gestos caseiros para que haja a comunicação.

Em relação à Educação Infantil, os alunos Surdos que passam por essa etapa nas salas regulares sofrem a inserção no ensino, pois, nessa etapa pouco se fala sobre a inclusão desses alunos, o que faz com que eles sejam apenas inseridos dentro da sala, mas que não haja muita preocupação com seu desenvolvimento, já que a Libras pode ser incluída nos próximos anos quando a criança estiver maior e não haja tanto trabalho nesse aprendizado.

Sendo assim ao questionar se “A inclusão do aluno Surdo realmente acontece nessa fase?”, pode-se afirmar que ela não acontece nessa etapa como desejado e que está longe de acontecer da maneira adequada para os alunos Surdos da Educação Infantil, fato comprovado pelos estudos do referencial teórico e pela contribuição dos participantes da Pesquisa de campo.

Isso tudo não é uma falha das escolas ou dos profissionais e sim de todo o sistema educacional brasileiro.

Em meio às dificuldades existem diversos métodos que auxiliam de maneira positiva nas práticas pedagógicas elaboradas para os alunos Surdos dentro do ambiente escolar, sendo assim é de grande importância que nós profissionais da educação desempenhe o acolhimento desses alunos e a inclusão dos mesmos, visando o pleno desenvolvimento e a melhoria em sua aprendizagem, para que aos poucos todas essas



barreiras sejam abatidas, a fim que o Surdo seja realmente incluso em todo e qualquer lugar.

6. REFERÊNCIAS



ALBANO, Alexandra Maria dos Santos. **“LETRAMENTO PARA SURDOS ? UM NOVO OLHAR SOBRE as PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.”** <<https://www.webartigos.com>, 21 jun. 2009, www.webartigos.com/artigos/letramento-para-surdos-um-novo-olhar-sobre-as-praticas-pedagogicas/20088>. Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRITO, L.F. **Integração social e educação de surdos.** Rio de Janeiro : BABEL Editora, 1993.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Pedagogia visual/sinal na educação dos surdos.** Petrópolis: Arara Azul, 2007.

CAMPOS, Marcela Luz Saraiva de. **As funções da escrita na perspectiva do letramento como pratica social.** Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2004.

CAROLINA, A. **Surdez na escola: os passos da inclusão na educação infantil.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/26/Surdez-na-escola-os-passos-da-inclus%C3%A3o-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil>>. Acesso em: 29 ago. de 2022.

CICCONE, M. **Comunicação Total.** Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CRISTINA, M.; REDONDO, F.; CARVALHO, J. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA C A D E R N O S D A Deficiência Auditiva.** Disponível em:



<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciaauditiva.pdf>>. Acesso em 17 de ago. de 2022.

CRISTIANO, A. **Alfabeto em Libras** – 08 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.libras.com.br/alfabeto-manual>>. Acesso em: 02 set. 2022.

CRISTIANO, A. **INES**. Disponível em: <<https://www.libras.com.br/ines>>. Acesso em: 15 ago. de 2022.

CRISTIANO, A. **O que é Libras?** – 17 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.libras.com.br/o-que-e-libras>>. Acesso em: 15 ago. de 2022.

CRISTIANO, A. **Prolibras** – 17 mai. 2017 Disponível em: <<https://www.libras.com.br/prolibras>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

DELGADO, Isabelle Cahino. **Da Língua Brasileira de Sinais à aquisição da linguagem escrita em uma criança surda**. Disponível em: www.revistaprolingua.com.br/pdf. Acesso em: 03 out. 2022.

EDUCAÇÃO, A. DE C. S. DO F. COM INFORMAÇÕES DO M. DA. **Resolução/CD/FNDE nº 38**, de 16 de julho de 2009 - Portal do FNDE. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20atendimento%20da>>. Acesso em: 03 out. 2022.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS DAS CRIANÇAS SURDAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO. Brasil Escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-inclusiva-os-desafios-das-criancas-surdas-no-processo-alfabetizacao.htm>>. Acesso em: 17 ago. de 2022.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GÓES, Maria Cecília R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Pexus, 1997.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda. Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 2001.

INÁCIO, L. et al. **Presidente da República**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2022.



KLEIMAN, Ângela, B. **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEITE, A. **LIBRAS:** definição, curiosidades e aspecto legal | Reab.me. Disponível em: <<https://www.reab.me/libras-definicao-curiosidades-e-aspecto-legal/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

LETRAS Libras UFSC. Disponível em: <<https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/didaticaEEducacaoDeSurdos/scos/cap19436/1.html>>. Acesso em: 17 de ago. 2022.

LIMA, F. B. **A formação de professores para atuarem com o surdo.** Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/professores-para-atuarem>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Libras. Disponível em: <<https://www.estudesemfronteiras.com/novo/cursos/libras/3852>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

Libras: saiba tudo sobre a língua de sinais e onde estudar. Disponível em: <<https://amigoedu.com.br/blogdoamigo/libras-saiba-tudo-sobre-a-lingua-de-sinais-e-onde-estudar>>. Acesso em: 08 set. 2022.

Línguas de sinais e educação inclusiva. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/noticias/linguas-de-sinais-e-educacao-inclusiva#:~:text=As%20l%C3%ADnguas%20de%20sinais%20s%C3%A3o>>. Acesso em: 01 set. 2022.

LOPES, B. **Quebrando a Barreira!** O Ser Surdo. Disponível em: <<http://quebrandoabarreira.blogspot.com/2010/12/quebrando-o-teste.html#:~:text=Segundo%20pesquisas%20do%20americano%20James>>. Acesso em: 12 set. 2022.

PERLIN, G. T. T.; MIRANDA, W. **Surdos:** o narrar e a política. n. 5, p. 217–226, 1 jan. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1282>>. Acesso em: 12 set. 2022.

PL 5961/2019 - Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139785>>. Acesso em: 12 set. 2022.

PL 6284/2019 - Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140061>>. Acesso em: 12 set. 2022.



POKER, Rosimar Bortolini. **Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez.** Unesp. Libras à Distância. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1260>>. Acesso em: 13 set. 2022.

Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu? Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu>>. Acesso em: 24 nov. de 2022.

REIS, D. S. **Falantes de Libras:** Que cultura é essa? Disponível em: <<https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=13&idart=313#:~:text=Geralmente%2C%20as%20pessoas%20que%20conhecem>>. Acesso em: 17 ago. de 2022.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. **“Didática E Educação de Surdos.”** *Ufsc.br*, 2022, <www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/didaticaEEducaoDeSurdos/scos/cap19436/1.html>. Acesso em: 17 ago. 2022.

RODRIGUES, A. A. **LIBRAS como componente curricular inclusivo.** 2021. 28f. Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) –Faculdades Integradas de Taguaí, Taguaí, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógica.** 3.ed.rev. Campinas: Autores Associados, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/33yDnRFLRsZBqMqFsQ3NDPB/?lang=pt#>>. Acesso em: 13 set. 2022.

Sign language. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/subgroups/sign-language>>. Acesso em: 13 set. 2022.

SKLIAR, Carlos. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.